

ÁREAS PROTEGIDAS E ATIVIDADE TURÍSTICA NO BRASIL: O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS, MARANHÃO.

Wellington Romão Oliveira¹

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano²

RESUMO

As Unidades de Conservação (UCs) são de extrema importância na manutenção do equilíbrio ambiental e pesquisa científica, sendo designadas como áreas protegidas pelo Poder Público, criadas por legislação específica. A lei federal nº. 9.985/00 define duas categorias de manejo de UCs: as de Uso Sustentável e as de Proteção Integral. Na categoria de Proteção Integral estão inseridos os Parques Nacionais – PARNAS. Criado em 2005, o PARNA da Chapada das Mesas está localizado nos municípios de Carolina, Riachão e Estreito, no Sul do Maranhão; sua criação tinha como objetivo básico preservar ecossistemas naturais que possuem grande relevância ecológica, além da beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, e o desenvolvimento de projetos de educação ambiental, e recreação em contato com a natureza através do turismo ecológico. O objetivo principal da pesquisa é analisar a atividade turística no PARNA da Chapada das Mesas e entorno, a partir da identificação dos atrativos explorados, fazendo a relação entre a atividade turística e a legislação ambiental, além de analisadas as formas de uso e os impactos socioambientais da exploração dos atrativos. A partir dos objetivos optou-se por uma metodologia crítica que não fique na mera descrição, mas busque as determinações, conheça os conflitos e contradições na área onde predomina o turismo ecológico, ou de aventura. Primeiramente foi realizado o levantamento bibliográfico e pesquisa institucional, onde foram discutidos alguns conceitos e foram definidas categorias de análise, como turismo, relação sociedade-natureza, sustentabilidade e impactos socioambientais. Em seguida, no trabalho realizado em campo, foram levantadas as hipóteses e questionamentos, além de visitados atrativos e órgãos responsáveis pela fiscalização. Criado há sete anos, o PARNA ainda não possui plano de manejo, e seu conselho consultivo ainda não tomou posse.

¹ Graduando do Curso de Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Bolsista de Iniciação Científica do Programa Voluntário de Iniciação Científica – PROVIC/UECE, Integrante do Grupo de Pesquisa Turismo, Território e Cultura do CNPq. E-mail: wellromao@hotmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – PROPGEO/UECE, Sub Coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos – MPGNT/UECE, Pesquisadora do CNPq. E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

Não foi realizada nenhuma regulamentação fundiária, ficando a área do Parque ainda ocupada pelas famílias que ali residiam e que continuam a realizar suas atividades, entre estas o turismo. Grande parte dos atrativos explorados encontra-se em propriedades particulares e na chamada zona de amortecimento do Parque. Responsável pela gestão, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, não tem como restringir o acesso, realizando só a fiscalização para que novas áreas não sejam exploradas. A falta de recursos e pessoal dificulta o trabalho de fiscalização na área. Acredita-se que a partir da criação do plano de manejo, assim como feitas as regulamentações fundiárias, poderia haver maior controle por parte dos órgãos responsáveis, o que poderia minimizar os impactos decorrentes da atividade turística, além de forma mais eficazes de fiscalização.

Palavras-chaves: Unidades de Conservação; Chapada das Mesas; Maranhão.

ABSTRACT

The Conservation Areas (UCs) are extremely important in maintaining environmental balance and scientific research and are designated as protected areas by the Government, created by specific legislation. The federal law n°. 9.985/00 defines two categories of management of protected areas: the sustainable use and the Integral Protection. In the latter category are included the national parks – PARNAS. Created in 2005, the PARNA of *Chapada das Mesas* is located in the municipalities of *Carolina*, *Riachão* and *Estreito*, southern *Maranhão*; its creation was intended to preserve basic natural ecosystems that have high ecological relevance, besides the scenic beauty, allowing the development of scientific research, and the development of environmental education projects, and recreation in touch with nature through ecotourism. The main objective of the research is to analyze the tourist activity in PARNA of *Chapada das Mesas* and surroundings, from the identification of attractive explored, making the relationship between tourism and environmental legislation, and examine ways to use and the environmental impacts of exploitation of attractive. From the objectives we chose to criticize a methodology that does not get in the mere description, but seek determinations, know the conflicts and contradictions in the area where the predominant ecotourism or tourism of adventure. First we performed the literature review and research institutions, where they discussed some concepts and categories of analysis were defined as tourism, nature-society relationship, sustainability and environmental impacts. And then the work done in the field, the hypotheses were raised and questions, and visited

attractions and agencies responsible for enforcement. Created seven years ago, the PARNA does not have any management plan, and its advisory board has not yet taken possession. There was no regulation held land, getting to the park area still occupied by families who lived there and who continue to carry out its activities, among them tourism. Most of attractions is operated on private property and called buffer zone of the Park. Responsible for managing, the *Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade* – ICMBio, has no way to restrict access, conducting surveillance only to new areas that are not exploited. The lack of resources and personnel hinders the inspection work in the area. It is believed that since the creation of the management plan, as well as regulations made land, there could be more control by the responsible agencies, which could minimize the impacts of tourism, as well as more efficient monitoring.

Keywords: Conservation Areas; *Chapada das Mesas*; *Maranhão*.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de análise o Parque Nacional (PARNA) da Chapada das Mesas, localizado no estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil. Discute-se as relações entre a atividade turística e Unidades de Conservação (UCs). Esse Parque é um dos mais novos criados no Brasil, protegendo uma grande área de cerrado nos municípios maranhenses de Carolina, Riachão e Estreito.

O turismo se configura como um fenômeno do mundo contemporâneo, que ganha espaço nas pesquisas geográficas por interferir de diversas maneiras na produção e organização do espaço geográfico. É uma atividade capitalista, que pode dinamizar a economia, empregar mão de obra e gerar divisas, embora a distribuição destas não seja igualitária.

Segundo Coriolano (2006), o turismo usa e apropria-se da natureza ou ambientes naturais e produzidos como cidades, vilas, comunidades, gerando impactos que são discutidos como questão de (in)sustentabilidade social e ambiental. A (in)sustentabilidade é produzida pela contradição capitalista, que no turismo tomam forma de impactos socioambientais, desequilíbrios socioespaciais, ocupação de áreas vulneráveis, entre outras. Afirma Cruz (2003), que os

segmentos de turismo (tal como turismo de natureza, ecológico ou ecoturismo) têm nos espaços naturais seu principal objeto de consumo e, ao contrário do turismo de massa, requerem uma gama restrita de infraestruturas e serviços, embora, muitas vezes, não dispensem a sofisticação.

O Brasil, um dos países com maior biodiversidade³, com diversos biomas e ecossistemas, apresenta rico cenário para os segmentos do turismo de natureza. Esses cenários irão possibilitar o desenvolvimento de práticas turísticas, de maneira especial o Ecoturismo. Esse segmento proporciona experiências diferentes e que contribuam para a conservação dos ecossistemas, gerando ganhos as populações residentes e aos visitantes, desde que a base de recursos seja protegida e os benefícios econômicos sejam utilizados de forma correta.

Os investimentos realizados pelo Estado, atrelados aos discursos de combate à pobreza e sustentabilidade dão abertura como que a atividade se instale. Diretrizes desenvolvimentistas, ambientalistas e políticas setoriais se chocam, e esses ambientes são impactados. As políticas são ambíguas, e o discurso não corresponde à prática, porque os Estados querem mais divisas.

Segundo Coriolano (2003), no ecoturismo há contato direto do visitante com a natureza, para uma interpretação ambiental, oportunidade em que o ecoturista observa os fenômenos da natureza, conhece melhor essa dinâmica e recupera o sentimento perdido de também pertencer à natureza. Assim, o ecoturista acaba com a ideia de o homem dominar a natureza e assume a postura de integrar-se a ela. Gonçalves (2010) acrescenta que a problemática ecológica implica outras questões extremamente complexas, outros valores, o que coloca questões de ordem cultural, filosófica e política. Implica outro conceito de natureza e, conseqüentemente, outras formas de relacionamento entre os seres vivos; com o mundo inorgânico; enfim, dos homens entre si.

A força das políticas de turismo para transformar e produzir espaço geográfico é evidente. No Brasil, a realidade não é diferente e a cada dia o turismo tem aumentado sua importância, envolvendo além do aspecto econômico, o sociocultural e comunidades periféricas. Daí a necessidade de uma análise efetiva referente aos aspectos do turismo no Maranhão e no PARNA da Chapada das Mesas.

³ BRASIL. *Atlas do Meio Ambiente do Brasil*. Brasília: Terra Viva, 1996.

A partir dessas considerações, o objetivo principal da pesquisa foi analisar a atividade turística na área do PARNA da Chapada das Mesas e entorno. Para isso levou-se em consideração a localização dos principais atrativos explorados, as especificidades dos mesmos e os possíveis impactos que a atividade pode gerar, além da relação sociedade-natureza na área.

A partir dos objetivos traçados para o desenvolvimento da pesquisa exigiu-se o desenvolvimento de alguns procedimentos e técnicas no sentido de facilitar a obtenção de informações que subsidiem a compreensão da área de estudo.

A primeira etapa foi o levantamento bibliográfico, quando foi feita revisão da literatura acadêmica, periódicos, artigos, reportagens, trabalhos técnicos e um levantamento via *internet* sobre o tema a ser desenvolvido. Em seguida foi realizado o trabalho de campo, com início em agosto/2012, tendo como cidade base o município de Carolina, e a capital do Estado, São Luís. Este campo foi de extrema importância, pois pode verificar como se dá a atividade turística no Maranhão e na área estudada, além de verificação do estado de conservação dos atrativos visitados e os impactos decorrentes da ocupação urbana e turística. Em São Luís foi realizada pesquisa junto a Secretaria Estadual de Turismo, especialmente na área de promoção turística, assim como a sede do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – ICMBio, em Carolina que é responsável pelo PARNA da Chapada das Mesas. Nesse órgão foram disponibilizados mapas de localização, vegetação e localização dos atrativos naturais.

Optou-se pela metodologia da geografia crítica que não é necessariamente a geografia marxista. Mas que não fica na mera descrição, busca as determinações, identifica os conflitos e contradições inerentes ao objeto investigado. Trata-se de um estudo que analisa as relações de contradição do e no lugar onde é praticada a atividade turística, as incoerências entre a legislação ambiental, específica desse PARNA para uso e ocupação do solo. A base teórica remete a conceitos de Geografia, do Turismo, dando destaque as categorias de análise: espaço geográfico, turismo, território, unidades de conservação, sustentabilidade e impactos socioambientais. Elas norteiam a pesquisa e teorizam o objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da década de 1980, surge maior preocupação com a preservação da biodiversidade do planeta. O modelo de desenvolvimento degrada, polui, extermina, torna a natureza mercadoria e depois busca soluções. Movimentos sociais exigiam mudanças nas condições cotidianas no comportamento da sociedade, “servindo de base ao movimento ecológico, que criticava principalmente o modo ao qual a indústria da época utilizava os recursos naturais” (CASTRO *et al.* 2009).

No Brasil, as primeiras leis que buscam a regulação, ou gerenciamento de áreas protegidas datam do início da década de 1930. O código de Caça e Pesca, Código Florestal e o Código das Águas são exemplos notáveis desse período, e marcos importantes para esboçar a base do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Falando especificamente de UCs, o Brasil possui 310 Unidades Federais, geridas pelo ICMBio. Criadas por decreto presidencial ou Lei, essas unidades dividem-se em dois grandes grupos. Segundo o SNUC:

“As unidades de conservação dividem-se em dois grupos, a saber: a) unidades de proteção integral, cujo objetivo é a preservação da natureza (art. 7º, I, § 1º), como tal entendido o “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem proteção em longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (art. 2º, V); b) unidades de uso sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos (art. 7º, II, § 2º). Por conservação da natureza, a lei conceitua “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral” (art. 2º, II).”

Dentro da categoria de Unidades de Proteção Integral, encontram-se os PARNAS, com regulamentação regida por legislação pertinente, que obriga a implantação de plano de manejo, além das demais diretrizes para funcionamento e manutenção dessas unidades. A atividade turística deve estar prevista nos planos de manejo de cada unidade. Apesar das normas, Santos (2011) mostra que dos 57 PARNAS respondentes, 25 (43,86%) não possuem Planos de Manejo. Dos que o possuem, 22 (68,75%) estão incompletos. Os dados existentes são poucos e, baseando-se nas respostas dos chefes, se encontram defasados.

Especificamente no Nordeste dos 15 PARNAS respondentes, 08 PARNAS possuem Planos de Manejo, sendo os mais antigos de 1979 e o mais recente de 2009. Quanto aos Conselhos, seis os possuem em atividade.

Criado em 2005, o PARNA da Chapada das Mesas (Figura 1) é um dos mais novos parques nacionais do Brasil. Localiza-se nos municípios de Carolina, Riachão e Estreito, no Sul do Maranhão. O objetivo principal de sua criação foi preservar ecossistemas naturais que possuem grande relevância ecológica, além da beleza cênica, possibilitam a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de projetos de educação ambiental, e recreação em contato com a natureza através do ecoturismo.

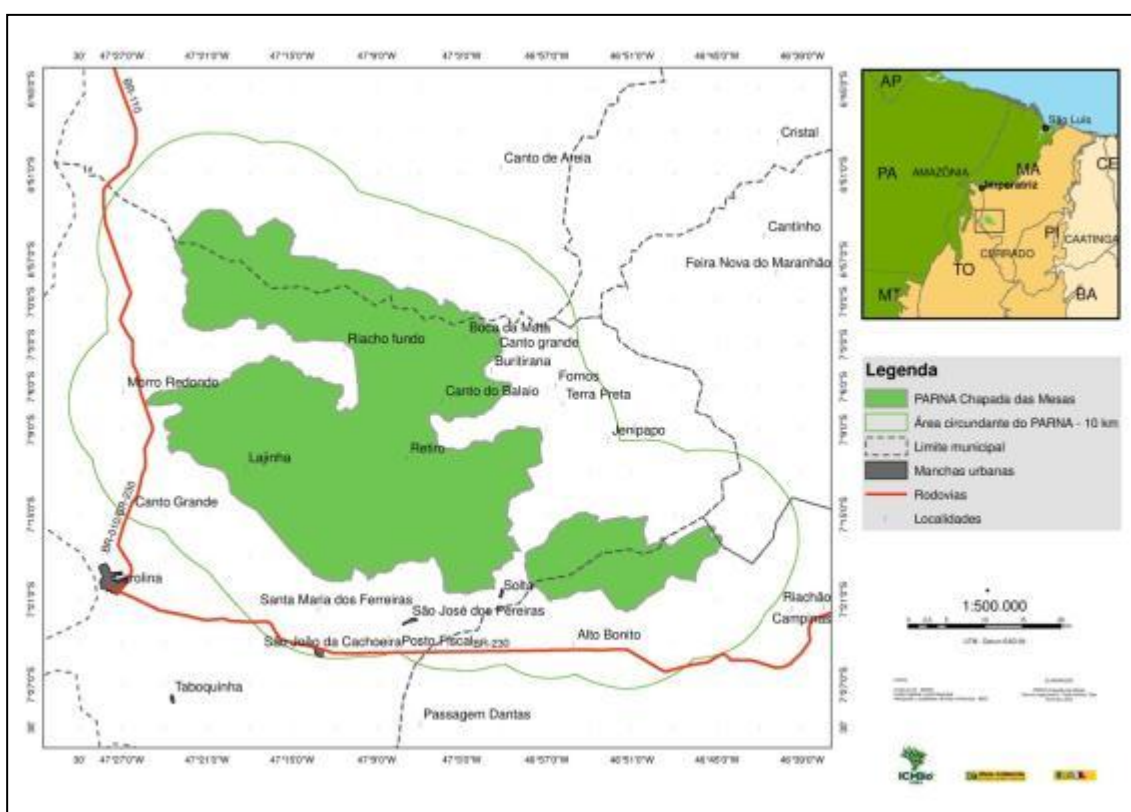


Figura 1 – Mapa do PARNA da Chapada das Mesas e entorno.

Fonte: ICMBio, Sede de Carolina – MA.

A região é marcada pela presença de morros em forma de mesetas (Figuras 2 e 3), esculpidos pela ação dos ventos e das chuvas, que dá nome ao parque. Guerra (2012) destaca a contribuição da Geomorfologia ao Turismo, dando a atividade o aproveitamento máximo de atrativos naturais de determinada área, e o turismo pode se utilizar desses conhecimentos para

uma melhor gestão das áreas exploradas, diminuindo os impactos negativos, buscando o turismo dito “sustentável”. Observa-se certo ‘contrafluxo’ do modelo turístico global, emergindo um turismo alternativo. Essas paisagens tornam-se atrativos e sua singularidade é um fator relevando para o desenvolvimento da atividade.



Figuras 2 e 3 – Morro do Chapéu e Portal da Chapada em Carolina – MA.
Fonte: Wellington Romão Oliveira, 2012.

Outro diferencial na região são os cursos d’água, as diversas cachoeiras, e a vegetação típica de cerrado. Afirma MARANHÃO (2012), que com tantos atrativos o PARNA da Chapada das Mesas se transformou numa região de forte potencial turístico no estado, e hoje é procurada por quem busca fazer contato com a natureza e esportes radicais. Porém, apesar da criação do PARNA desde 2005, a situação na área ainda continua a mesma. Segundo a gestora da unidade, o PARNA ainda não possui plano de manejo e não tem previsão de implementação do mesmo. O conselho consultivo já foi formado e tinha posse prevista para dezembro/2012.

O ICMBio em Carolina não possui sede física, funciona em uma sala cedida no prédio da Prefeitura Municipal de Carolina. Possui apenas três funcionários para dar conta de todas as atividades no Parque que possui mais de 160mil hectares e abrange três municípios. As atividades do ICMBio no PARNA resumem-se a prevenção e combate a incêndios e fiscalizar as atividades que são exercidas na área do parque, já que não houve nenhuma regulamentação fundiária e todas as famílias continuam a exercer as atividades que já realizavam, como agricultura de subsistência e a exploração turística de cachoeiras, rios, grutas que ficam em suas propriedades. Segundo Seabra (2009), a prática do turismo em massa nas unidades de conservação e a conseqüente degradação do meio natural vêm chamando a atenção de

administradores de parques, especialistas e planejadores, que, diante das dificuldades de ordem econômica, somadas às precárias condições de infraestrutura e número insignificantes de técnicos e guardas-florestais, pouco ou quase nada conseguem realizar como prática turística com sustentabilidade dessas áreas. O que fica evidente quando se analisa os atrativos na área do PARNA da Chapada das Mesas. Muitos destes espaços sofreram alterações bastante significativas, como o “Complexo Cachoeiras do Itapecuru” e o “Santuário Ecológico de Pedra Caída”.

O “Complexo de Cachoeiras do Itapecuru” (Figuras 4 e 5) é um atrativo bastante visitado, fica entre os municípios de Carolina e Riachão, em propriedade particular que cobra taxa de entrada e oferece serviço de hospedagem, bar e restaurante. Diferente da maior parte dos atrativos na área há uma grande procura por parte dos moradores da região, já que é permitida a entrada de alimentos e bebidas, o que não ocorre em outros lugares.



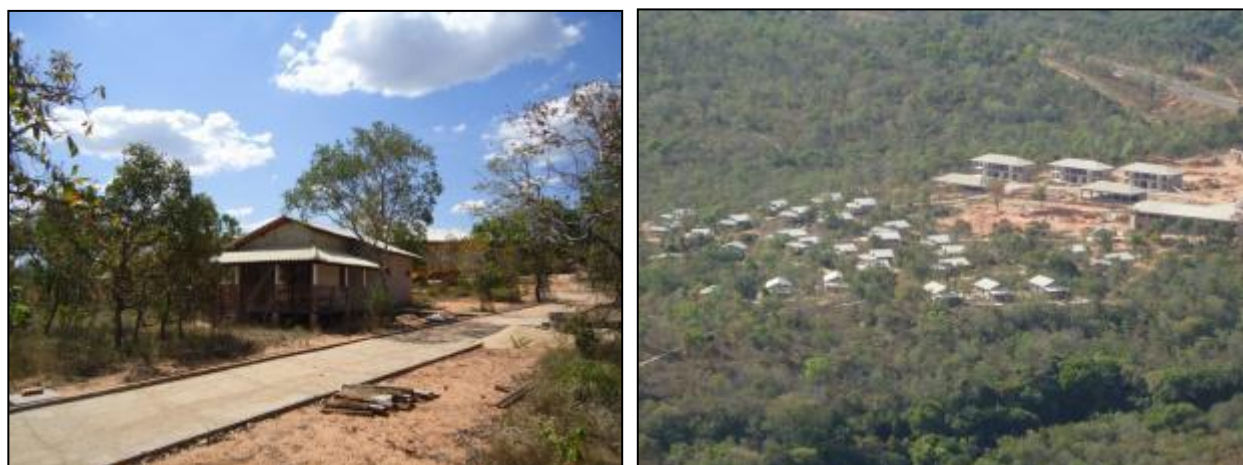
Figuras 4 e 5 – Imagens do Complexo de Cachoeiras do Itapecuru.
Fonte: Wellington Romão Oliveira, 2012.

O “Santuário de Pedra Caída” é um complexo turístico famoso por suas cachoeiras e quedas d’água; são mais de vinte cachoeiras catalogadas e foram criadas infraestrutura de acesso, como escadas e rampas (Figura 5). Além disso, o complexo é bastante procurado pelos interessados em esportes radicais, como rapel e tirolesa. Para entrar é necessário o pagamento de uma taxa fixa que dá direito a ‘usufruir’ de duas piscinas ‘naturais’ (Figura 7). O Santuário “Ecológico” ainda oferece serviço de hospedagem com chalés, bar e restaurante. Para ter acesso aos demais atrativos são necessárias taxas que variam de acordo com o atrativo. Está sendo construído dentro do complexo um “*Ecoresort*” que tem previsão de conclusão para o final

de 2013, início de 2014 (Figuras 8 e 9). Os visitantes geralmente são provenientes de outros estados, poucos moradores da região tem acesso ao complexo.



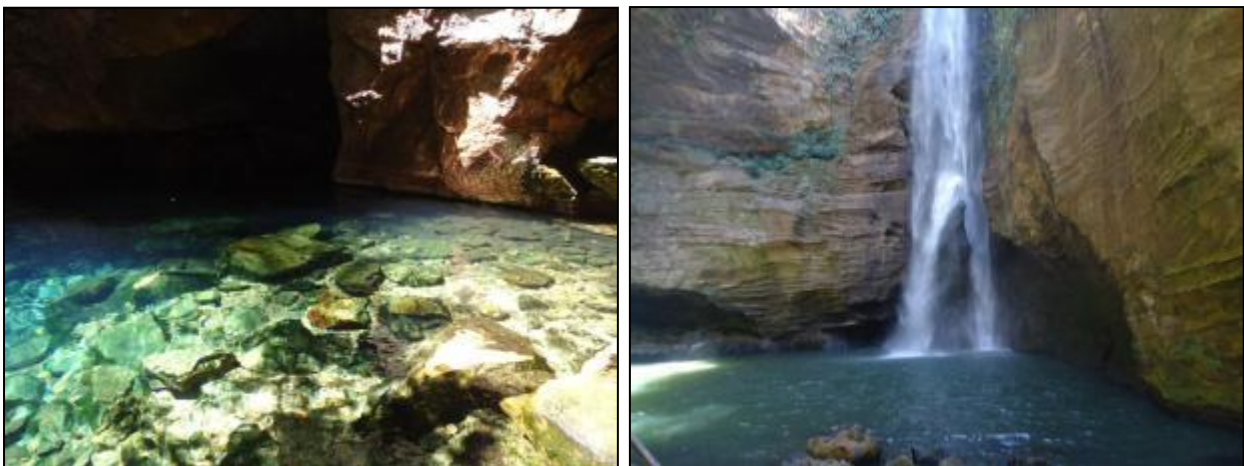
Figuras 6 e 7 – Rampas de Acesso e Piscina no Santuário de Pedra Caída.
Fonte: Wellington Romão Oliveira, 2012.



Figuras 8 e 9 – Chalé e Vista do *Ecoresort* Pedra Caída.
Fonte: Wellington Romão Oliveira, 2012.

O turismo é uma atividade que transforma lugares naturais e cidades. Somente analisando os impactos pode-se afirmar se o turismo impactou positiva ou negativamente o patrimônio natural ou cultural de um lugar. Sabe-se que no modo de produção capitalista todas as atividades são impactantes, concentradoras de lucros e visam à acumulação, há que se perguntar por que seria diferente no turismo (CORIOLANO, 2006). As discussões sobre o tema são sempre permeadas de ideologias, e o que pode ser considerado positivo para um autor pode ser negativo para outro.

Sobre os demais atrativos visitados na área, a situação é que muitos estão em propriedades particulares, onde são cobradas taxas de entrada e não há um controle de visitantes que possam vir a degradar, ou de alguma forma modificar o que ali existe de natural. O acesso a esses atrativos é feito na maioria por meio de agências de cobram preços abusivos e justificam alegando distâncias, meios de acesso precários e a necessidade de um guia. Poucos atrativos podem ser visitados sem guia, por conta própria. Um dos poucos pontos visitados assim é o “Portal da Chapada”, que fica às margens da BR-230. Os atrativos mais visitados por meio das agências são: Encanto Azul (Figura 10), Poço Azul e Cachoeira de Santa Bárbara (Figura 11). Todos esses atrativos ficam no município de Riachão. Nesses além de se pagar as agências pelo transporte e guia ainda paga-se separadamente a taxa cobrada para ter acesso às propriedades. Dentro do PARNA o atrativo mais explorado é a Cachoeira de São Romão.



Figuras 10 e 11 – Encanto Azul e Cachoeira de Santa Bárbara, em Riachão – MA.
Fonte: Wellington Romão Oliveira, 2012.

Na região, o turismo, de certa forma, impõe a lógica de organização dos espaços, que coloca os territórios em função da atividade. Assim, como o turismo cria novos objetos, também se apropria de objetos já existentes, no caso, objetos naturais. Segundo Hintze (2009), a padronização de serviços, assim como a adaptação dos ambientes visitados é um fato no planejamento do Ecoturismo, que pensa no turista, que é um cliente, em primeiro lugar em comparação à comunidade e ambiente que a ele devem se adaptar. O que acaba mascarando a realidade e impossibilitando uma troca real entre os visitantes, o ambiente e as comunidades.

Coriolano e Sampaio (2012) falam que as atividades econômicas produtoras de riquezas realizadas no padrão capitalista de produção, servem à acumulação, concentram

resultados de produção em territórios específicos, grupos econômicos, ou indivíduos sem preocupação com distribuição. A riqueza agrícola de agronegócios ou comodites, resultados da industrialização, do comércio e dos serviços modelam-se nos padrões do desenvolvimento economicista e progressista, discriminador não chega a todos. Nesse contexto, o turismo como atividade econômica convencional não é diferente: reproduz o modelo de consumo, ao se apropriar do lazer e do tempo livre. Juntamente a essas concepções, há apropriação indevida de alguns conceitos como 'sustentabilidade', 'conservação', desenvolvimento.

A comunidade que possui informações e conhecimentos valoriza seus recursos, defende sua identidade e desenvolve uma consciência crítica da sua realidade. A participação ativa da comunidade, juntamente com governos e empresários, é a base para a sustentabilidade do turismo. Como componente da biodiversidade, a contribuição das comunidades é fundamental para a conservação e uso sustentável do patrimônio biológico e genético do Brasil. A esses povos devem se reverter, de maneira equitativa, os benefícios advindos dessa exploração. Por isso, trabalha-se para que as comunidades locais se beneficiem dessa alternativa econômica e para que sejam capacitadas a estabelecer e gerenciar seus próprios negócios no setor. (BRASIL, 2008, p.49).

A sustentabilidade não se refere apenas à natureza, mas a relação da sociedade com a natureza, que implica prosperar, fortalecer e coevoluir, e que na grande maioria dos casos fica proposto apenas como ideal, adjetivo qualificativo, e acaba não saindo do papel.

A criação das unidades de conservação, em alguns casos, tem relação direta com a atividade turística, com a divulgação do segmento de ecoturismo no Brasil. O ecoturismo foi introduzido no país no fim dos anos 1980, pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) com o "Projeto Turismo Ecológico". A EMBRATUR (1994) conceitua o ecoturismo como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (EMBRATUR, 1994, p.16).

Quando se pensa em ecoturismo, turismo de natureza para uma determinada região pensa-se em alternativa econômica, que antes de tudo envolve um território, as pessoas e a promoção da conservação e a valorização dos recursos ambientais para o turismo. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão, deveria acompanhar de

forma mais atenta às atividades nas unidades de conservação e o turismo para que possa ser considerado “sustentável”. Os órgãos responsáveis pela gestão muitas vezes se veem impossibilitados, por falta de recursos, falta de pessoal e pela forma com que as diretrizes de desenvolvimento se chocam com as leis e as formas de uso de determinadas áreas. Há diversos investimentos por parte do Estado em políticas territoriais, ficando a desejar nas políticas sociais e ambientais.

A cidade de Carolina vai funcionar como centro de apoio⁴ para os principais atrativos do PARNA e entorno. O turismo em Carolina é algo recente, teve primeiramente iniciativa local e somente depois um maior incentivo do estado a partir da criação do Plano Maior de Turismo do Governo do Estado do Maranhão e criação do Parque em 2005.

Reis (2007) diz que a população local acredita no turismo como alternativa econômica, devido ao grande potencial que a área possui. Entretanto, no trabalho de campo ficou claro que o modelo de turismo que vem se desenvolvendo no estado, assim como na área do PARNA da Chapada das Mesas é para o turismo globalizado e não o regional. O discurso do turismo como forma de combate a pobreza é muito utilizado, entretanto não se observa a inserção das comunidades de forma que estas sejam beneficiadas ou inclusas no “desenvolvimento” que a atividade gera. Os discursos das políticas de governo se aliam aos mega empresários que visam à produção de lucro e a concentração de capital. Nem sempre o desenvolvimento econômico vem acompanhado de desenvolvimento social.

O Ecoturismo no Brasil tem sido desenvolvido, em grande maioria, nas UCs, que possuem diversos problemas de planejamento, manejo e gestão evidentes e crescentes (COSTA, 2008). O PARNA da Chapada das Mesas é apenas um exemplo do que ocorre na maioria das UCs brasileiras.

CONCLUSÃO

O crescimento da atividade turística causa impactos socioambientais. A atividade demonstra poder de degradação ambiental e cultural. A prática do turismo toma lugar na vida das pessoas, constituindo uma necessidade para fugir dos estresses e da vida agitada nas grandes cidades. A gestão da área do PARNA, a partir da legalização, das regulamentações

⁴ Aglomerado urbano que funciona como núcleo receptivo de apoio ao fluxo de viajantes. Ver Barretto (2003).

fundiárias e do plano de manejo passa a ser essencial para a diminuição dos impactos decorrentes das atividades realizadas tanto por moradores como por turistas.

Ambientes com vulnerabilidade bastante alta são visitados sem que se tenha total controle dos acessos, alterações, obras como *resorts* que começam a ser construídos na área. É importante ressaltar que além da área do parque propriamente dita, a zona de amortecimento também tem importância e deve ter restrições quanto ao uso.

Pode concluir afirmando que gestão, planejamento da atividade, assim como a inclusão das comunidades na prática do turismo, no Maranhão são incipientes. A visão do turismo como “forma de combate à pobreza” muitas vezes dá abertura para comunidades entrarem na cadeia produtiva do turismo, mas faltam acompanhamentos e incentivos às comunidades desprovidas de tecnologias e conhecimento da atividade.

O Ecoturismo deve funcionar não somente como um segmento que traz visitantes e gera divisas, mas como oportunidade de implantar medidas de restrições e meios que integrem de forma efetiva a educação, conservação ambiental e integração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Atlas do Meio Ambiente do Brasil**. Brasília: Terra Viva, 1996.

CASTRO JÚNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão de Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. **Unidades de Conservação**: Abordagens e Características Geográficas/Antonio José Teixeira Guerra, Maria Célia Nunes Coelho (organizadores). – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COSTA, N. M. C. Ecoturismo: Abordagens e Perspectivas Geográficas. In: COSTA, N. M. C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V. C. **Pelas trilhas do ecoturismo**. – São Carlos: RiMa, 2008.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. O ecoturismo e os hóspedes da natureza. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. – Fortaleza: EdUECE, 2003.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; SAMPAIO, C. A. C. Discursos e Concepções Teóricas do Desenvolvimento e Perspectivas do Turismo como Indução. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. **Turismo, território e conflitos imobiliários**. – Fortaleza: EdUECE, 2012.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. – São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, M. B. Espaços Territoriais Ambientalmente Protegidos. In: PILATI, L. C. **Direito Ambiental Simplificado**/Luciana Cardoso Pilati, Marcelo Buzaglo Dantas. – São Paulo: Saraiva, 2011.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia Ambiental**/Antonio José Teixeira Guerra, Mônica dos Santos Marçal. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ICMBio. **PARNA da Chapada das Mesas**. Disponível em:< <http://www.icmbio.gov.br/> >. Acessado em 18 de dez 2012.

MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de desenvolvimento integral do turismo do Maranhão**: plano maior. São Luís, 1999.

_____. Secretaria de Turismo. **Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão**: Plano Maior 2020. São Luís, 2012(a).

REIS, A. A. M. **Carolina**: apogeu, declínio e ressurgência. – 2ªed. – Imperatriz: Ética, 2007.

SANTOS, A. A. Parques Nacionais Brasileiros: relação entre Planos de Manejo e a atividade ecoturística. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.1, 2011, pp.141-162.

SEABRA, L. Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **A Questão Ambiental**: Diferentes Abordagens. – 5ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.